



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA (37ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Trigésima Sétima (37ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 23 de novembro de 2018. Às 21h53, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Marcos Antonio Franco (10), Maria Helena Scudeler de Barros (11), Moacir Genuario (12), Orivaldo Aparecido Magalhães (13), Samuel Nogueira Cavalcante (14), Sônia Regina Rodrigues (15), Tiago César Costa (16) e, ausente, Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cristiano Gaioto, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**" e não havendo proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no "Expediente", anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Porém, todos os inscritos declinaram o uso da palavra. Ato contínuo, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h57, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: "ex-vi" do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 83, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, "dispondo sobre alteração da Lei Municipal nº 5.828, de 29 de novembro de 2016, que tratou do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, estabeleceu suas atribuições e deu outras providências". Parecer conjunto das comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social. Com a palavra, Vereador Gérson Luiz Rossi Junior: "Senhores vereadores, aproveito, para falar dos quatro projetos que serão lidos, porque eles possuem a mesma estrutura, que deliberaremos, hoje, sendo mudanças tanto de conselhos, como de fundos. O primeiro projeto, de nº 83, tratando-se do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, um novo conselho, instituído na administração. Assim como este conselho, tivemos uma reunião com as comissões, participando, juntamente, com assessores e vereadores, e vimos os conselhos, com naturalidade, com o passar do tempo, os próprios integrantes do Poder Público e da sociedade civil, necessitam de adequações, para que o conselho funcione



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

melhor, tornando-se mais dinâmico, sendo propostas mudanças, que necessitam da aprovação do Executivo e deliberadas pelo Legislativo, que é o que estamos fazendo, hoje. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher passa, hoje, por mudança, em sua representação, assim como, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um fundo excepcional, muito antigo e avançado, na política da criança e adolescente, que o próprio conselho, de uma forma madura, e vimos aqui, pela representante de assistência social, dizendo, que chegaram a um consenso, na forma, como foi feita a distribuição do dinheiro, arrecadado, no fundo, e, por conta disto é necessária esta mudança, para que possa ser atualizada diante da Lei do Marco Regulatório, e todas as mudanças que, com o passar do tempo, a legislação e a própria necessidade do fundo e dos conselhos, que geraram a necessidade de reestruturação. Assim é a representação do próprio Conselho da Criança e do Adolescente, Sendo O Projeto nº 85 e o de nº 95, e de Fundo Municipal de Habitação, por isso, venho, de uma forma geral, para falar dos quatro projetos, porque o Fundo Municipal de Habitação possibilitará a locação social, uma lei antiga, que o dinheiro do fundo não continha, esse item, para os recursos serem gastos, e que, com a questão, agora, do Parque das Laranjeiras, é fundamental que o dinheiro, que está no fundo, possa ser liberado para a locação social. São mudanças significativas nesses conselhos, nos fundos, que deliberaremos neste momento.” Com a palavra, Vereador Luís Roberto Tavares: “Senhor presidente, senhores vereadores, votaremos os Projetos de nº 95 e 96. Vereador Gérson Rossi falou de 4 projetos, e só quero saber se os outros 2 projetos, que serão votados, como você disse, foram lidos, hoje, nesta sessão, como esses dois. Não, né, Vereadora Maria Helena? O 95 e 96 foram lidos hoje, né?! Porque eu vi o projeto agora, analisei o do Parque das Laranjeiras. É que está na minha mesa, os Projetos de nº 95 e 96 foram lidos, hoje, por isso, estou dizendo, mas, independentemente disso, principalmente, o Projeto de Habitação, é muito interessante, porque resolve o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

problema que estou acompanhando, as famílias, que estão nas áreas de APP, e a prefeitura tem problemas, para locar, em outros locais, por isso é importante”; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 83/2019, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). 2. Projeto de Lei nº 84, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a reestruturação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mogi Mirim (FMDCA) e dando outras providências”. Parecer conjunto das comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Com a palavra, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “A Comissão de Finanças é composta por Vereador Alexandre Cintra, Vereador Orivaldo Magalhães, e eu, e juntos fizemos parte deste projeto de lei, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foi reestruturado e, no decorrer desses anos todos, foi verificada a inconsistência da legislação, fazendo com que o Conselho dos Direitos da Criança propusesse novas alterações. Estivemos com a profissional Fabiana, psicóloga e assistente social, dizendo, claramente, sobre o amadurecimento do conselho e, hoje, por exemplo, a partir da lei aprovada, por nós, a empresa que doar seu 1% para o Fundo do Direito da Criança, colocando o valor, no fundo, juntamente, com o Conselho do Direito da Criança, é quem distribuirá o dinheiro, tendo sua isenção no imposto de renda. Por outro lado, se uma empresa definir para uma entidade o dinheiro de sua empresa, ela não obterá a isenção do imposto de renda, e isto é um passo enorme e me lembro bem, quando se iniciou o Conselho do Direito das Crianças e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente eram desta forma. Na época de Paulo Silva houveram várias reuniões na Baumer, e o senhor Baumer participava, como incentivador, facilitador, uma empresa que fazia esse procedimento, direcionando recursos para as entidades. Houve um avanço enorme, hoje, é o fundo quem irá gerir o dinheiro, colocado pelas empresas, para terem descontos, em seus



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

impostos de renda. Essa é uma modificação muito importante e entendo que é necessária nossa aprovação, neste projeto de lei”; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 84/2019, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 85, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre os princípios e as diretrizes, para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, reestruturando o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dando outras providências”. Parecer conjunto das comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 85/2019, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 4. Projeto de Lei nº 95, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “acrescentando dispositivos à Lei Municipal nº 2.976, de 8 de maio de 1998, que criou o Fundo Municipal de Habitação”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Com a palavra, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “O fundo municipal de habitação é uma lei antiga, da gestão do ex-Prefeito Paulo Silva. Foi criado com o objetivo de propiciar apoio e suporte financeiro à implementação da política habitacional. Ocorre um ofício, e lerei aqui, do Presidente do Conselho Municipal de Habitação, que é muito claro, para nós. “O Conselho Municipal de Habitação tem encontrado, ultimamente, uma crescente demanda de auxílio moradia, proveniente de diversos setores da comunidade carente. Também estamos acompanhando a situação de emergência, que se encontra o loteamento Parque das Laranjeiras, onde existe uma área de APP, que precisa ser urgentemente desocupada, para que seja viabilizado o plano de regularização fundiária daquele local, garantindo, inclusive, a construção de toda infraestrutura urbana. É sabido que, para a remoção dos moradores, dessa área invadida, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

município terá que arcar com o auxílio moradia, por tempo determinado. A representante da Secretaria de Assistência Social, nesse conselho, sugere que esses auxílios moradias sejam pagos, com recursos do fundo municipal de habitação” - porque a lei anterior não autorizava, “o que foi aprovado, por unanimidade, recentemente, no dia 01 de novembro, de 2018. Ocorre, que a lei que criou o Fundo Municipal de Habitação, esta lei, de 1998, não dá amparo legal, para o pagamento do auxílio moradia, necessitando, portanto, de alteração. Desta forma, na qualidade de presidente do conselho, venho, através desta, solicitar a alteração da referida lei”. José Eduardo Aranha Minuzo, Presidente do Conselho Municipal de Habitação, envia à nossa Secretária de Negócios Jurídicos, Doutora Adriana Tavares, o pedido, à ata de toda reunião, e, por unanimidade, o conselho entendeu a necessidade de mudar, de alterar, o fundo municipal de habitação. Resumindo, é isso, nós estamos amparados, por um conselho todo, pedindo alteração, na lei de Fundo Municipal de Habitação. Muito obrigada”; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 95/2019, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 5. Projeto de Lei nº 96, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração da Lei Municipal nº 6.026, de 4 de setembro de 2018, que autorizou o município a contratar financiamento, com a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, e dando outras providências”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Com a palavra, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “Senhores vereadores. Na semana anterior, estivemos aqui, reunidos, a Comissão de Justiça e a Comissão de Finanças, nas pessoas de: Vereador Alexandre Cintra, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, Vereador Tiago César Costa, Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior e Vereador Moacir Genuário. Estivemos aqui, reunidos, com Guto Urbini, chefe de gabinete do prefeito, pedindo – pois eu tinha muita preocupação e graças a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Deus, felizmente, será assinado, quarta-feira, o contrato, com a Caixa Econômica. Pediram que fosse colocado, em uma lei que houvesse, como garantia, deste contrato, uma fatia do fundo de participação dos municípios, e isso já era falado, mas ele quis e detalhou conosco, exatamente, enviando, para eles, como necessário, a alteração, na lei. Portanto, senhores vereadores, o município está apto para fazer este financiamento. Hoje, conversei com o prefeito, que acha que temos quase 50 milhões, em financiamentos, muitos municípios, com porte menor, que Mogi Mirim, possuem mais de 100 milhões, em financiamentos. Nós teremos a carência de 4 anos, para começarmos a pagar, e 20 anos, para terminarmos de pagar, serão 24 anos, para pagar este financiamento. Fizemos uma conta, que a partir de 4 anos, sendo, em 2022, hoje, a parcela seria, em torno de 91 mil reais, a pagar, por 20 anos, depois dos 4 anos de carência. Todo o esforço desta Casa, de vários vereadores, o reconhecimento, que houve parceria efetiva, na conquista desses recursos, esforço, de tanta gente que está aqui, aguardando, feliz, com toda a certeza, desta conquista, que não será difícil de ser paga, mas querem, como garantia, uma fatia do fundo de participação dos municípios. É isto que está embutido na lei, apenas isto. Muito obrigada, cumprimento a todos que estiveram, diretamente, envolvidos nesta conquista. Quero colocar, e até mostrei ao Vereador Tiago César Costa e Vereador Marcos Antônio Franco, que o município de Mogi Mirim está convidando o Parque das Laranjeiras, por meio de carros de som, que passam constantemente, convidando à população, protagonista de toda essa ação, para que esteja lá, no dia da assinatura do contrato da Caixa Econômica Federal, quarta-feira, às 16h00. Muito obrigada, estão esperando, com muita ansiedade, a nossa autorização, para que seja embutida na lei essa garantia. Muito obrigada”; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 96/2019, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Artigo 172 do Regimento Interno: 6. Projeto de Lei nº 78, de 2018, de autoria do Vereador Moacir Genuário, “instituinto no Município de Mogi Mirim a Campanha Municipal de Prevenção ao Suicídio “Setembro Amarelo” e dando outras providências”; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Segundo (2º) Turno, por unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 78/2019, do Vereador Moacir Genuário); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 7. Projeto de Lei nº 90, de 2018, de autoria do Vereador Cristiano Gaioto, “instituinto no calendário oficial do Município de Mogi Mirim a Feira Técnico – Científico – Cultural – Aluno Curioso da EMEB Jorge Bertolaso Stella”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Primeiro (1º) Turno, por unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 90/2019, do Vereador Cristiano Gaioto); (à Ordem do Dia da próxima sessão, para ser apreciado, em Segundo (2º) turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Com a palavra, Vereador Cristiano Gaioto: desiste. Com a palavra, Vereador Geraldo Vicente Bertanha: “Senhor presidente, cumprimentos feitos, na primeira fala, quero, publicamente, agradecer à Vereadora Sonia Módena, pela atitude, que teve comigo e com minha família, no último domingo, pela manhã, e de você, vereadora, eu só poderia esperar aquilo, gratidão sempre. Gostaria de fazer aqui, uma sugestão ao Secretário de Serviços do Município. Nós temos um serviço prestado na cidade, por empresas particulares, que já provocou alguns acidentes e graves, tenho colegas de imprensa, que se acidentaram neste tipo de serviço: as caçambas. Posso fazer requerimentos, posso fazer o que a prefeitura precisar, mas gostaria que não precisasse disto, que houvesse conscientização, de que o serviço e as caçambas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fossem retirados, na sexta-feira à tarde, e que, nos finais de semana, não tivéssemos essas caçambas, não apenas, no centro da cidade. Avenida Expedito Quartieri não é centro da cidade, trafegando, por ela, há uma caçamba e a rua não é tão larga, ocupando, um bom espaço, em lugares mal sinalizados e, na Avenida 22 de Outubro, há uma caçamba, em cima da lombada, literalmente, não em cima, mas, na lombada. Aqui, na Praça Ruy Barbosa, em que está sendo feita uma obra, do lado, de sua propriedade, e eu estava sentado, na praça, 2 sábados passados, e vi um caminhão encostar, e falei, para as pessoas, que estavam próximas a mim, que não acreditava, que, em um sábado, às 10h30, da manhã, com um baita movimento, o caminhão faria o que eu estava pensando, e fez! Parou ali, para retirar a caçamba, em um sábado, de manhã, no alto movimento. Sei que é serviço particular, concedido pela prefeitura, e tem autorização, para ser feito, mas tem que ter uma regra, a prefeitura deveria tomar a iniciativa, não é possível que apenas este vereador veja esse tipo de situação, já vi vários veículos batendo nas caçambas de madrugada, e outro detalhe, sabemos que, infelizmente, tudo acontece com maior frequência, no final de semana, e não são apenas em ruas centrais da cidade, temos ruas estreitas, onde as caçambas são colocadas, no final de semana, por conta disto, gostaria de fazer esse apelo. Outra questão, em relação aos ônibus Fênix. Foi levantada aqui, por várias vezes e por vários vereadores, ainda não tem, pelo menos não sabemos se tem, uma garagem central, na cidade, ou, se tem uma garagem, os ônibus ficam parados, em algumas avenidas, e eu moro, em um local próximo, ao que eles deixam estacionados, à noite, é na Avenida Brasília, ao lado e em frente, ao estádio Vail Chaves. Em um sábado à noite, houve um acidente, com um ônibus, que estava estacionado, entre o Monsenhor Nora e o Estádio, o cidadão destruiu o carro, batendo na traseira do ônibus que estava parado, é uma rua de mão dupla, é um motorista de um carro que se perdeu, tudo bem, mas é uma rua de mão dupla. Eu ainda estou tentando ser um motorista habilitado, estou tentando, e sei que isto é errado, gente, posso dizer que sou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

leigo, mas acho isso errado, um ônibus parar em uma rua de mão dupla, à noite, com chuva. Também tenho que entender que, de repente, o motorista poderia até estar alcoolizado, e não estou dizendo que estava, ou, de repente, pode ser que uma luz ofuscou o olhar dele, vinda do outro lado, ou seja, alguma coisa provocou o acidente, naquele local. Tudo bem, que precisamos ter terminal de ônibus, mas, enquanto não o temos, vamos colocar a casa em ordem, os ônibus não podem mais ficar estacionados em vias públicas, no centro da cidade, e não é porque é no centro da cidade, mas sim, porque são locais de maior movimento. Na Avenida Brasília, se vocês prestarem atenção, embora seja pequena, há uma rotatória, quando se desce a Rua Ferreira Lima, entrando, na Avenida Brasília, o ônibus se encontra estacionado do lado de uma árvore, o espaço é muito estreito, e se um caminhão for passar ele pode bater, se for um outro ônibus, ele passará bem apertado. Vamos prevenir, tomar cuidados para depois não ter que remediar. Espero, que as autoridades competentes dessas áreas nos ouçam, por favor, e se for preciso eu faço requerimento, não há problema nenhum. Tenham todos uma boa semana”. Com a palavra, Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior: “Boa noite, novamente, queria trazer para vocês, como estamos falando muito sobre chuvas, que recebi uma mensagem triste, de uma mãe de uma aluna do ballet do Centro Cultural, contou sobre várias questões, que aconteceram na apresentação, ocorrida no sábado, mas lerei apenas um trecho: “Mas a preocupação maior é a questão do goteiramento, no prédio, minha filha faz apresentações há 3 anos e participa da oficina. Ocorreu neste final de semana, com a chuva intensa, houve goteiras dentro dos camarins, onde ficam as crianças, no palco, tivemos que atrasar um pouco o espetáculo, pois foi preciso enxugá-lo, acontecendo o mesmo, no salão, perto da entrada para o teatro. É muito sério, pois as bailarinas, principalmente, as de ponta, algumas caíram, escorregaram, o que é muito perigoso. Algumas foram ao palco, com medo”. Isto é uma triste realidade do nosso Centro Cultural, e vi que, no orçamento que aprovamos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

houve um investimento de 400 mil e espero, que seja para solucionar, pelo menos, temporariamente, até que tenhamos um Centro Cultural descente e um novo teatro, uma esperança e um desejo, de todos nós. Que haja, realmente, este investimento, para que isso não aconteça. Estávamos falando de cultura e esporte, por isso, complementei com essa informação para vocês. Quero dizer também, sobre o Parque das Laranjeiras, é um assunto que move a todos nós, e tivemos uma votação importante sobre esse financiamento, que finalmente será assinado, e assim como Vereador Tiago Costa disse, em sua fala, é um problema de muito tempo, desde quando aprovado, temos uma ação judicial, que obriga o município a cumprir a regularização e infraestrutura. Quero tocar em três pontos: primeiro, a regularização só acontecerá se tivermos o respeito à questão do meio ambiente, sendo importante essa votação, de hoje, sobre do fundo de habitação. Há muito tempo o município buscava essa regularização, não é de hoje, desde a época de Paulo Silva não se conseguia avançar, porque a CETESB sempre pedia, para que a área verde fosse preservada, não se conseguindo, passando várias gestões e não sendo possível. Graças a uma nova lei, busca-se, pelo Cidade Legal, a descaracterização, para que aquele espaço seja reduzido, dentro do projeto original, além disso, que as áreas verdes ocupadas, sejam desocupadas. É importante que a população do Parque das Laranjeiras entenda esse momento que estamos vivendo, que o município precisa tomar medidas, para que o próprio Cidade Legal, a declaração ambiental, seja dada, para que o Cartório aceite, se não tivermos isto, não haverá regularização, é um ponto específico, e a CETESB precisa dar este aval. Tudo está ocorrendo para que aconteça, as ferramentas e medidas cabíveis estão sendo tomadas, e é preciso entender a situação social que vive aquele povo, por isso a locação social temporária é importante, o diálogo também é, e os vereadores, principalmente os que lá atuam, precisam ter essa compreensão e ajuda, para o momento que vivemos. Segundo: a infraestrutura só será possível se houver a regularização, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nada adiantará o financiamento, se não houver a regularização cartorária e o plano urbanístico aprovado, para se dizer, onde serão as ruas, as áreas verdes e as institucionais. É preciso respeitar a regularização e infraestrutura, que tem medida judicial para ser cumprida, o município tem 2 anos. O terceiro ponto: o município, e nós vereadores, precisamos cobrar dos responsáveis, principalmente de Cláudio Rafacho, da Emprelotes, que ganhou e ganha dinheiro até hoje, com especulação imobiliária, revenda de lotes já vendidos, e o município tem uma ação judicial contra ele, mas é preciso que eles possam, um dia, devolver para o município, porque nós pagaremos por isso, o povo pagará por esse financiamento. Espero que um dia a justiça seja feita, que a Emprelotes e Cláudio Rafacho possam devolver esse dinheiro aos cofres públicos, para que possamos investir em outros bairros e em outras finalidades públicas. Devemos estar atentos a isso também, e que tenhamos Justiça”. Com a palavra, Vereador Luís Roberto Tavares: “Boa noite, senhores vereadores, vereadoras e público presente. Essa fase do Parque das Laranjeiras, Vereadora Maria Helena, e é uma fase que muito me interessa, e quando a vi discursando, hoje, aqui, me lembro que, em 2004, fizemos campanha, no Parque das Laranjeiras, aliás, fizemos reuniões com alguns moradores, sem ser época de campanha, fomos conhecer moradores e falar com eles, e te apresentei a Rua 19 nº192, a casa da Meire. A luta foi muito grande, e o destino não possibilitou, que você ganhasse a prefeitura e eu fosse o vereador, representante do PSDB, naquela época. De lá para cá, foram muitas reuniões, e eu frequentava a cada 3 meses o Ministério Público de Mogi Mirim, e, em 2009, fizemos nosso primeiro contrato, nossa primeira parceria, com o Governo do Estado, através do Cidade Legal. Conheço muito bem Cláudio Rafacho e conheço os meios dele, que ainda vende lotes, no Parque das Laranjeiras, denunciei na Promotoria Pública, fiz um documento, denunciando o advogado dele, que ainda age de má fé, com pessoas que não possuem conhecimento, vendendo terrenos, enfim, são vários os problemas, que há lá. Essa nova



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fase do Parque das Laranjeiras é uma fase bacana, muito feliz, quando assinado o contrato. Ouço muitas pessoas falarem, e cada um tem uma porcentagem nisto, e isso é bacana, porque há participação. O compromisso da Câmara Municipal e dos 17 vereadores, de aprovar esse empréstimo, será um compromisso, pelo qual vale a pena ser eleito, e nesse momento, se o pedido do prefeito puder ser atendido, que está com boa fé, falo para os moradores, acreditem, se não for feito 100% o caminho será esse de empréstimos, regularização, e teremos isto em nossos debates e nos trabalhos do grupo que está regularizando loteamentos. Tenho mais alguns minutos para falar e aproveitarei para usar a fala do Vereador André Albejante Mazon, e gostaria que os vereadores prestassem atenção, porque, como era antigamente? Ligava-se no SAMU e ele levava o acidentado, ou a pessoa que estava enferma, para a UANA, o SAMU deixava a pessoa no local e voltava para a base, e a pessoa que precisava ser internada já estava dentro da Santa Casa, praticamente, e Vereador André Albejante Mazon citou isto. Hoje o SAMU socorre e leva a pessoa para a UPA, retornando à base, e o paciente é atendido. Qual é a porcentagem dele ser liberado ou encaminhado à Santa Casa? Porque quem leva é o SAMU, essa porcentagem eu não tenho, nós faremos um requerimento, eu, Vereador Cinoê Duzo e Vereador André Mazon, debateremos muito sobre isto. Esta porcentagem eu não sei, mas a porcentagem que pedem para serem atendidos e serem internados na Santa Casa, o número deve ser grande. O SAMU é chamado novamente, e se a pessoa precisa ser internada é porque a situação é grave, o SAMU está em atendimento, retorna à UPA, levando o paciente que ele havia levado, é uma logística difícil de entendermos, o SAMU retorna, leva para Santa Casa, e neste momento que está sendo levado para lá, tenho relatos de pessoas que morreram, porque o SAMU não chegou na hora, o paciente precisou de um atendimento cardíaco, se o SAMU não tivesse perdido esse tempo, salvaria vidas, e chegaremos ainda a esse número, de quantas pessoas estamos perdendo. É uma logística estranha, faremos um requerimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aqui na semana que vem, e solicitaremos quantos atendimentos o UANA fez, em 2017, e quantas a UPA fez, em 2018, e vocês verão uma diferença grande, e sabem por quê? Porque o povo não está indo à UPA, porque muitas pessoas ficam doentes, brigam na própria casa, dá um jeito de ir no postinho, em alguma coisa, mas não vão ao UPA, é uma porcentagem muito grande e veremos no requerimento que faremos, adianto que já tenho alguns números. Precisamos debater muito sobre a Santa Casa, a UPA e o UANA, e por que não fazer um atendimento, que deve ser feito no antigo UANA. Boa semana para todos.” Com a palavra, Vereador Marcos Antônio Franco: “Boa noite, primeiramente, ao nosso Deus, ao nosso senhor Jesus Cristo, boa noite, ao presidente, vereadores, vereadoras e ao público aqui, presente. Vereador Roberto Tavares, o que você veio falar aqui, a respeito do SAMU, trabalho dia sim e dia não, no período da noite, há sim algumas coisas erradas, mas quando há um acidente grave, o paciente vai direto para a Santa Casa, lá há procedimento, lá que, se tivesse a UPA, junto com a Santa Casa, antes a UANA, falo para vocês, seria um procedimento mais rápido. Muitas vezes o SAMU está em outra ocorrência, e nesse meio tempo, se houver um paciente enfartando, apesar que na UPA há uma mini UTI, que serve para ser aguardada até a chegada do SAMU, e mesmo falando para vocês, seria importante, sim, se o UANA estivesse junto com a Santa Casa, porque depois a UPA mudou-se para a Zona Leste. Vocês têm que ver que o culpado disso não foi Carlos Nelson Bueno, isso foi na época de Gustavo Stupp, construído por ele. Feito pelo Governo Gustavo Stupp, vindo um dinheiro do Governo Federal, estou certo Vereador Geraldo Bertanha? Se essa UPA não fosse aberta, a prefeitura teria que arcar com a multa de 2 milhões, é isso, Vereador Moacir Genuário? Olha, quem decidiu ou não, quem paga o pato é a população. Mas foi bom discutirmos sobre isto, e uma coisa eu quero esclarecer: eu trabalho dia sim e dia não, sei o que está acontecendo, o que o Vereador Roberto Tavares falou tem fundamento, e sei que aquilo foi feito porque havia interesse de muitas pessoas por trás de tudo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

isso. Enquanto houver político, com interesse em visar o próprio lucro, para encher o próprio bolso, quem paga é a população, e continuam pagando. Enquanto houver corruptos no meio, sem amor ao próximo, acontecerá o que já está acontecendo, estamos perdendo vidas, e Gustavo Stupp tem 90% de culpa, porque se Carlos Nelson não abre a UPA, o município arcaria com 2 milhões em multa. Tenho esperança que a UANA seja aberta, na Santa Casa, porque em Mogi Guaçu há 3, com 160 mil habitantes, enquanto Mogi Mirim tem quase 100 mil habitantes, com apenas uma UPA. É um caso de se pensar em abrir mais uma, estou certo, Soninha? E seria muito interessante que fosse aberto outra vez, na Santa Casa, onde era a UANA, e não adianta discutir aqui se foi Gustavo Stupp ou Carlos Nelson, o importante é a UANA para resolver os problemas, e não jogar a culpa somente nas costas dos profissionais do SAMU, porque eles não são culpados, estão atendendo uma ocorrência enquanto a estrutura que tem é precária. Quando não é a ambulância com pneu careca, é a ambulância que estragou, emprestando da prefeitura para poderem trabalhar. Espero que o governo tenha mais consciência e analise bem esse caso, porque o povo não é obrigado a pagar o pato. Boa noite a todos.” Com a palavra, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: desiste. Com a palavra, Vereador Moacir Genuário: “A verdade é que, aos poucos, o município está resolvendo os problemas de anos, e a prefeitura precisa se precaver para não deixar os problemas acontecerem, resolvendo-os antes que aconteçam. Na quarta-feira teremos uma reunião, muito importante e de grande valia para o município e para os moradores do Parque das Laranjeiras. Tivemos a oportunidade, inclusive, de convidar o Deputado Baleia Rossi, para que estivesse presente na quarta-feira, infelizmente ele tem compromisso, não podendo comparecer, mas enviará algum representante, alguém para representa-lo na assinatura desse empréstimo. Quero dizer também que foi Deputado Baleia Rossi o autor de uma emenda de 100 milhões, para beneficiar e ajudar a Santa Casa, inclusive, Vereador Tiago César Costa teve oportunidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

conversar e passar uma mensagem diretamente ao presidente, para que ele pudesse sancionar essa lei, em que muitas Santas Casas poderão se beneficiar, pois essa emenda de 100 milhões, lógico, não sendo possível repartir o bolo para todas. Esperamos que a Santa Casa de Mogi Mirim faça parte do pedaço deste bolo, porque sabemos, de antemão, em relação à situação da Santa Casa, sendo uma porta que está se abrindo em Brasília, e todos nós, os 17 vereadores, temos que nos unir, para tentarmos ajudar para que venha alguma verba para a Santa Casa. E mais uma vez, quero parabenizar o nosso Deputado Baleia Rossi, o autor dessa emenda de 100 milhões, para beneficiar as Santas Casas, que estão carentes. Obrigado e bom descanso a todos.” Com a palavra, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: “Senhor presidente, boa noite. Boa noite Mesa, caros nobres vereadores, público ainda presente, imprensa e povo de Mogi Mirim. Hoje não falarei muito sobre a cidade de Mogi Mirim, mas falarei de uma atitude do atual Presidente Michel Temer, aprovando hoje o aumento do judiciário, em um momento que nossa Nação passa por uma dificuldade financeira gravíssima e terrível. Ele autorizou um aumento de 16% para os ministros, para o judiciário, isso é uma pouca vergonha, ele perdeu a chance de fechar o governo dele com um pouco de hombridade e caráter. Vejo que o ministro que assumirá, a partir de janeiro, Sérgio Moro, está formando um grupo de pessoas, que possuem conhecimento a fundo sobre tudo que aconteceu em nosso país e de todos os crimes, e poucas pessoas sabem sobre tudo o que aconteceu, e tudo foi com a conivência de pessoas que estão na diretoria da Receita Federal, pessoas que sabem de tudo o que acontece nas pessoas jurídicas, nas pessoas físicas. A receita tem tudo apontado, até a movimentação bancária das pessoas, no entanto, não se sabe o porquê houve uma vista grossa, o povo brasileiro pagou uma conta alta demais. Se vocês virem o que Mogi Mirim passa, hoje, porque o ex-Prefeito Gustavo Stupp enterrou a cidade em uma situação financeira dramática, e o atual prefeito vem recuperando a cidade aos poucos, haja vista a pavimentação das ruas, os recapeamentos, e há muito a se



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fazer, pois não há como atender a todos, mas acredito que até 2020 chegaremos lá. Aconteceu muita coisa ruim, e vimos que, de sexta-feira para cá, que agora a senhora Dilma Rousseff finalmente foi pronunciada, que maravilha, porque essa vigarista, que estava em Paris, comprando bolsinha de 2 mil dólares, essa corja do PT não pode sair ilesa, ela tem que pagar por tudo o que fez de errado, e nós somos responsáveis por propagar tudo isso, nas nossas gerações, as posteriores, para que isso nunca mais se repita no Brasil. Jair Bolsonaro foi eleito, sim, foi eleito por uma grande massa, mas nem por isso o povo deixará de fiscalizar, vivemos em um estado de democracia que precisa haver fiscalização, porque em que pés que Jair Bolsonaro não seja corrupto, sempre há um espertinho no meio, que gosta de dar uma pernada. Nos 3 primeiros meses de Governo Jair Bolsonaro, veremos o que acontecerá, pois há ministro, convocado por ele, que não possui uma vida pregressa muito boa, e espero que o povo brasileiro esteja vacinado, porque, caso contrário, nós nunca sairemos dessa situação que estamos. Muito obrigado e boa noite, senhor presidente.” Com a palavra, Vereadora Sônia Regina Rodrigues: “Boa noite, novamente. O que o Vereador Marcos Gaúcho e Vereador Robertinho disseram aqui, é muito sério. Referente ao SAMU, tem que repetir o trabalho dele, quando já é difícil fazer uma única vez. Uma outra coisa que vocês não citaram, mas acontece, e Vereador Marcos Franco não deve ter lembrado no momento, é que o SAMU é usado, muitas vezes, para levar paciente internado para fazer exame, deixando uma ambulância esperando, para fazer o exame, de um paciente que já está socorrido, enquanto há alguns na rua, precisando de emergência. Se você me permitir, quero estar com você nisso, porque acho muito importante, Vereador Robertinho, nós questionarmos isso, porque a saúde é algo que não dá para esperar, ela tem pressa. Uma das coisas que foi citada na administração da Santa Casa, que eu não falei na minha fala anterior, é que o comprometimento que a Santa Casa terá, quando conseguir a liberação desses 31 milhões, será de deixar todos os seus fornecedores pagos, inclusive os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

funcionários que foram demitidos e os que não receberam seus 13°. Essa será uma prioridade, deixar os funcionários em ordem, e após isto, os fornecedores, os médicos, serão todos quitados, isso foi garantindo a mim, me mostrando, em números, que será possível deixar tudo certo, dentro da Santa Casa, e essa será uma grande conquista. Após isto, podemos requerer, junto ao prefeito, uma segunda UANA em Mogi Mirim, porque sabemos como se comporta, é muito comum questionarmos que está longe, por estar na Zona Leste, para alguns bairros da cidade, mas temos que lembrar que temos Martim Francisco, que está mais longe, assim como o Floresta. Não podemos deixar de falar que a Zona Leste é o bairro que mais cresceu, nos últimos 20 anos, em Mogi Mirim, e hoje a realidade da Zona Leste, dentro do Parque das Laranjeiras, do Vergel, é difícil o acesso para se sair do próprio bairro, quem dirá para se chegar em algum lugar, o transporte é precário, há somente uma rua ali, que sobre um ônibus e temos algumas ruas já danificadas pelas chuvas, é um povo que também precisa de um atendimento perto deles, como também precisamos atender os outros, e Mogi Mirim, como foi falado em números, aqui, comporta sim e necessita de mais uma UANA. Contem comigo nesta batalha.” Com a palavra, Vereador Tiago César Costa: “Já fiz os cumprimentos na minha primeira fala, por conta disto, irei direto aos assuntos. A decisão de terem levado a UANA para essa UPA, na logística, para mim, foi uma decisão errada. Foi construída no Governo Carlos Nelson, depois se transformou em pai, pelo Governo Stupp e concretizada agora, a decisão em levar para a Zona Leste, começou no Governo Carlos Nelson. Desde o momento que disseram que a UANA sairia da Santa Casa, fui contra também, por questão da logística, porque quando o Ana estava dentro da Santa Casa, o enfermo chegava, era atendido e se precisasse internar, urgentemente, já estava lá, não correndo risco de vida, por exemplo, nessa logística “burra”, para mim foi uma logística burra, desculpem-me a palavra. Não sei quem foi o secretário de saúde que decidiu descentralizar o serviço que lá estava, com



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

suporte maior na Santa Casa, levando para a Zona Leste, que agora depende de ambulância. O cara sai do SAMU e vai para a UPA, chegando lá é analisado se precisa, ou não, levar para a Santa Casa, e se precisar, pega-se outra ambulância e leva para a Santa Casa, não sabendo se nesse trajeto a pessoa falecerá, ou não. Quando aconteceu isso, fomos contra, fizemos uma audiência da saúde aqui e deixamos claro, não sei se alguém lembra dessa audiência, mas deixamos claro a preocupação que nós, vereadores, tínhamos com esse atendimento e essa logística, e a secretária, me lembro até hoje, disse que haveria uma ambulância de prontidão, para que fosse possível levar a pessoa para a Santa Casa, e que não haveria problema algum, mas que no percurso a pessoa pode perder a vida, sendo que ela estava dentro da Santa Casa, e na hora do atendimento poderia ser internado na hora, com aparelhos mais sofisticados e atendimentos melhores. Infelizmente uma decisão burra, de um governo que decidiu tirar a UANA da Santa Casa, levando para a UPA, não pensando nessa logística e não pensando em quem precisa do atendimento, e quem sofre, hoje, é a população que necessita. Não sou contra ter um na Zona Leste, mas há quantas UBSs na Zona Leste? Era fortalecer as 3 UBSs na Zona Leste, o que daria suporte ao município que precisava, mas, em contrapartida, lembro-me que havia membros na Santa Casa, aqui, falando que a UANA precisava sair porque estava dando prejuízo para a Santa Casa, eu lembro, não sei vocês. É uma falta de diálogo e planejamento, igual ao Parque das Laranjeira, hoje, tomando-se decisões burras e irresponsáveis, e como Gaúcho citou aqui, a população é quem paga o pato, e é a verdade mesmo, se formos pensar a grosso modo, o que teria que ter em Mogi Mirim? A Santa Casa, a própria UANA, atendendo como era antes, mas na época, que eu lembro, a mesa diretora não quis, falando que a UANA dava prejuízo para a Santa Casa, o Prefeito Carlos Nelson decidiu que seria na Zona Leste, o Stupp entrou com o pai, que não concretizou, e tiveram que terminar as obras, se não o município teria que devolver mais de 2 milhões para o Governo Federal, ou algo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do tipo, 1 milhão e pouco. De repente, abre-se a UPA, na correria, e olhem o que estamos vivendo hoje, o caos na saúde, que pode custar vidas, e com vidas não dá para se brincar, porque a última coisa que temos que ter no município, é uma saúde funcionando, assim como uma logística em funcionamento, e o atendimento que o morador, o munícipe precisa, com dignidade. É algo também que, se vocês precisarem, eu também estou à disposição, porque tudo que chega na minha mão não sou omissor. Levamos ao Ministério Público, recentemente, a questão de segurança pública, porque é gravíssimo o que está acontecendo em Mogi Mirim, e o Ministério Público tem que tomar providência, levamos também a eles a questão da Sinhazinha, e ele está com todas as situações. Eu teria vergonha se fosse secretário de educação, vendo o que está acontecendo, hoje, na Sinhazinha, assim como se fosse secretário de saúde, vendo o que acontece hoje na UPA, na Santa Casa, teria vergonha também se fosse prefeito da cidade, decidindo colocar a UPA na Zona Leste, ter tirado a UANA da Santa Casa, e deixado essa bagunça que ficou, com a logística do atendimento na saúde, em Mogi Mirim. Vamos fiscalizar, vamos ficar em cima da saúde, das licitações e do dinheiro público que vem para elas, e fiz requerimentos neste sentido, quero ver esse resumo, esses 18 milhões que está vindo para o Parque das Laranjeiras, com as licitações, e ver se o serviço público será bem feito para o munícipe, porque não tem como taparmos nossos olhos diante do que está acontecendo hoje em Mogi Mirim. Muito obrigado, senhor presidente, boa noite.” Com a palavra, Vereador Alexandre Cintra: desiste. Com a palavra, Vereador André Albejante Mazon: “Eu sei que falei que não retornaria, mas dada toda repercussão sobre o assunto Santa Casa, que coloquei em pauta, acho importante voltar e falar sobre algumas coisas. Primeiramente, Vereador Marcos Franco falou sobre 90% da culpa do Stupp, nesse caso, uma coisa inverídica, porque acho que o Stupp tem muita culpa na quebra da Santa Casa e no caos que a saúde chegou, não tenham dúvida que ele tenha muita culpa, principalmente pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que acontecia dentro da Santa Casa, a mando dele e durante o seu governo. Neste caso específico, da UPA da Zona Leste, esse convênio foi firmado pelo atual prefeito, em seu segundo mandato, da outra legislatura, naquela oportunidade, quando ele assinou o convênio, ele quem escolheu ter uma UPA na Zona Leste e ele quem escolheu o local. Não sei se, naquele momento, ele imaginava abrir a UPA lá e manter a UANA na Santa Casa, o que seria uma decisão acertada, inclusive, o que eu defendi nesta Tribuna mais cedo, por isso não há como criticar a decisão dele, naquele momento, pode ser que a mentalidade dele era ter as duas unidades abertas, infelizmente não foi o que aconteceu, o que aconteceu foi que se abriu a UPA, da Zona Leste, e eu acho ela necessária e não que seja ruim, porém foi aberta a UPA fechando a outra UPA, que era mais importante, a da Santa Casa. A decisão, lá atrás, de Carlos Nelson, pode ter sido acertada, não sei qual era a ideia dele, naquela época, mas o que acabou acontecendo e repercutindo, e o que ele fez agora, neste mandato, essa foi uma decisão que, na minha opinião, foi errada. Agora, qual foi o motivo da decisão? Será que não é o problema financeiro, causado pelo caos, deixado por Stupp? Neste sentido, concordo com Vereador Marcos Franco, que a culpa é do Stupp, mas a decisão do local, a assinatura desse convênio e a construção daquele prédio, foi feita por Carlos Nelson, esta culpa Gustavo Stupp não tem. Era somente isto que gostaria de falar, apenas para corrigir algumas falas. Que Deus abençoe a todos.” Com a palavra, Vereador Cinoê Duzo: “Mais uma vez, boa noite a todos, e, desde já, feliz Natal, para todos. Alguns pontos, como diria a vereadora, me ouça, por favor. Vereador Roberto Tavares, pode contar com meu apoio, sobre a questão da UPA, também concordo que foi uma decisão desinteligente, não falarei burra e nem uma decisão portuguesa, porque estaria desmerecendo o povo português. Vocês perceberam, e a cidade inteira percebeu, que faltou água, né? Faltou água, e qual foi o motivo? Foi uma bomba que quebrou. (...) pedir licença ao Flávio Magalhães para citá-lo, na coluna confidencial, que ele citou, e eu concordo com



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ele, que o dono da Fênix é, foi e continua sendo oportunista. Antes da eleição o valor era de R\$ 3,50, aumentando para R\$ 4,20 sem dó em aumentar a passagem de ônibus, foi tão prepotente que em seguida veio as eleições e veio aqui pedir voto, o povo votou no cara e foi eleito, Deus o livre. Quando se reclama que a passagem está cara, vocês sabem quem é o dono? Muitos de vocês votaram nesse infeliz, e o cara dá risada ainda, paga, anda de ônibus, e dá risada, isso é masoquismo, se não me engano, o cara gosta de sofrer. Michel Temer “roroso”, não é horroso, com h não, é roroso, dando o aumento para o judiciário, reflete-se em todo o funcionalismo. A previdência não tem dinheiro, precisa-se fazer a reforma, o povo precisa pagar porque não tem dinheiro, sem vergonha. Rapidinho, senhor presidente, para acabar, coleta de lixo, saúde, educação, esporte, tudo, quando o secretário vem aqui, ele chega à Câmara, dizendo boa noite, que está veio para esclarecer, para dirimir todas as dúvidas, é uma rasgação de seda, confete para todo lado, elogio que não acaba mais, e só para concluir senhor presidente, vem o secretário aqui e “vamos dividir, vamos remanejar a pasta”, o secretário vem aqui dizendo que tudo funcionará, mas pegue uma faixa de pedestre, 3 anos, uma lombada, 4 anos, querido, vem falar a verdade aqui. Recentemente foi empossado um novo secretário, não tem dinheiro, a bola continuará murcha do mesmo jeito. Quando vier secretário aqui, para de lamber, fale a verdade, e outra, Prefeito Carlos Nelson é tão ruim assim? Mas continua apoiando o homem, continua vindo aqui, sendo o melhor da história, mentira! Quem não conhece, que te compre. Para não acabar a noite nessa ardência toda, senhor presidente, muito obrigado, uma boa noite, para o senhor. Fui para Curitiba e lá é um exemplo mundial, quando se fala em lixo, várias pessoas falaram aqui sobre isto, não é a prefeitura, isso, com certeza, é falta de educação, pensei que fosse exagero, mas não se vê uma bituca de cigarro. Concluindo, senhor presidente, desejo a todos uma ótima noite.” Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 23h28, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.